

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Amanda Corrêa de Lavra Pinto

NUNCA MÁS UN MÉXICO SIN NOSOTROS:
o Exército Zapatista de Libertação Nacional da guerra aberta à negociação no México
(janeiro a junho de 1994)

Porto Alegre

2010

Amanda Corrêa de Lavra Pinto

**NUNCA MÁS UN MÉXICO SIN NOSOTROS:
o Exército Zapatista de Libertação Nacional da guerra aberta à negociação no México
(janeiro a junho de 1994)**

Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em História apresentado ao departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Wasserman.

Porto Alegre

2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família que sempre me amparou. Ao meu avô José, que infelizmente não poderá ler estas linhas, por ter incentivado o hábito da leitura, o senso crítico e a vontade de entender o mundo. Em especial, agradeço a meu pai e minha mãe, meus grandes companheiros, presentes nas alegrias e dificuldades. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço a todos os professores que tive o prazer de conhecer e conviver. À Silvia Petersen, grande mestra desde o longínquo primeiro semestre. À Maria Stephanou e Carmem Zeli de Vargas Gil, orientadoras de iniciação científica, que me despertaram o interesse pela pesquisa. Aos meus orientadores de iniciação à docência, Fernando Seffner, Nilton Mullet Pereira e Carla Beatriz Meinerz, que me oportunizaram experiências inestimáveis no ensino de História e tanto me apoiaram.

Agradeço a Claudia Wasserman, minha orientadora neste trabalho. Pela abertura, acolhida e pelos frutíferos debates sobre a esquerda latino-americana.

Agradeço aos meus amigos de tantas jornadas. Pelas vezes que bebemos, rezamos, cantamos e lutamos por um outro mundo possível e necessário.

Agradeço ao Guilherme, meu companheiro, meu amigo e meu amor. Tua força, carinho e dedicação me fizeram persistir quando tudo parecia impossível.

Agradeço à minha pequena filha Anita. O teu choro, longe de me atrapalhar, deu sentido a todo meu esforço. A ti dedico este trabalho, minhas horas e o melhor de mim.

*“Sim, camarada, é hora de jardim
e é hora de batalha, cada dia
é sucessão de flor e sangue”*

Pablo Neruda

RESUMO

Este trabalho aborda o processo desencadeado através do levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no dia 1º de janeiro de 1994, que leva o grupo da guerra aberta à negociação com o governo federal mexicano. O EZLN é um grupo guerrilheiro de composição indígena localizado em Chiapas, México. O objeto em questão presta-se para o estudo das atuais formas de luta e de como a identidade de um sujeito social é construída e reconstruída. O EZLN é colocado por muitos como sendo um paradoxo, por conjugar aspectos da modernidade e da pós-modernidade, por ser um grupo armado com esforços de paz, um grupo revolucionário que não propõe uma revolução, mas, em uma expressão muito utilizada, “uma revolução para que a revolução seja possível”. Esta pesquisa quer entender como este paradoxo se constituiu no bojo da atuação do EZLN e não o tomando como dado. Analisamos o período que se estende de 1º de janeiro a 10 de junho de 1994, datas da divulgação da primeira (Hoy decimos ¡Basta!) e da segunda (Hoy decimos: ¡No nos rendiremos!) Declaración de la Selva Lacandona através dos documentos de autoria do próprio EZLN. Identificamos como resultado quatro mudanças significativas neste período: de interlocutor, de solução, de tática e de papel. A revolta zapatista de 1994 trouxe à tona questões que vão além das fronteiras do estado de Chiapas ou do México. Ela é uma reação ao neoliberalismo que começava a ser aplicado no país. Sublinha-se o fato de ser um levante armado, num momento em que não se acreditava que essa alternativa fosse viável nem provável. Cinco anos após queda do muro de Berlim, Chiapas surpreende seus analistas, demonstrando que o mundo não ia por onde parecia ir, despertando outros movimentos no México e no resto do mundo para a necessidade, a importância e a vitalidade da resistência.

Palavras-chave: Exército Zapatista de Libertação Nacional. Chiapas. Guerra revolucionária.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CND – Convenção Nacional Democrática

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

FLN – Fuerzas de Liberación Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA – Tratado de Livre Comércio da América do Norte

PAN – Partido Acción Nacional

PFCRN – Partido del Frente Cardenista de Reconstrucción Nacional

PRD – Partido de la Revolución Democrática

PRI – Partido Revolucionário Institucional

TLC – Tratado de Livre Comércio da América do Norte

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| 1 O EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E O CENÁRIO MEXICANO NA DÉCADA DE 90 | 10 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DISCUSSÃO TEÓRICA | 15 |
| 3 DA GUERRA ABERTA À NEGOCIAÇÃO | 24 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 33 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 34 |
| ANEXO A - Declaración de la Selva Lacandona..... | 39 |
| ANEXO B - Segunda Declaración de la Selva Lacandona | 42 |

INTRODUÇÃO

A revolta zapatista de 1994 trouxe à tona questões que vão além das fronteiras do estado de Chiapas ou do México. Ela é uma reação ao neoliberalismo que começava a ser aplicado no México. As reformas feitas na lei agrária do país e o descaso com a população indígena se remetem à roupagem moderna que o governo mexicano queria ter às vésperas da assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC ou NAFTA), entendido como o passaporte para sua entrada no Primeiro Mundo. O levante chiapaneco mostra uma outra face do México, camponesa, empobrecida e indígena e questiona um mundo que lhe vira as costas.

Sublinha-se o fato de ser um levante armado, num momento em que não se acreditava que essa alternativa fosse viável nem provável. Cinco anos após queda do muro de Berlim, Chiapas surpreende seus analistas, demonstrando que o mundo não ia por onde parecia ir, despertando outros movimentos no México e no resto do mundo para a necessidade, a importância e a vitalidade da resistência. Segundo Daniel Nugent:

“[...] em especial em Chiapas, ainda restam eixos bipolares de diferença – homens e mulheres, capital e trabalho, norte e sul, índios e brancos – que organizam, desorganizam e tornam miserável a vida das pessoas. Em certo sentido, portanto, o ‘mundo bipolar moderno da era pós-II Guerra Mundial’ é mais forte – mais cruel, mais destrutivo, mais entrincheirado – que nunca.”¹

Este trabalho abordará o processo que leva o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) da guerra aberta à negociação com o governo federal mexicano.

O movimento foi desencadeado a partir do levante armado de 1º de janeiro de 1994, quando o EZLN emite um comunicado, a Declaración de la Selva Lacandona (Anexo A). Esta é uma declaração de guerra, reafirmada na prática pela tomada militar de diversos municípios de Chiapas. Porém, a guerra aberta só dura 12 dias. O governo federal mexicano emite um cessar-fogo unilateral. Neste momento, o Exército Zapatista de Libertação Nacional concorda com o cessar-fogo e se dispõe a iniciar um processo de negociação. Esta pesquisa buscou entender o porquê desta decisão e quais os fatores que levam a este processo de negociação.

Neste sentido, analisamos o período que se estende de 1º de janeiro a 10 de junho de 1994, datas da divulgação da primeira (Hoy decimos ¡Basta!)² e da segunda (Hoy decimos:

¹ NUGENT, Daniel. Os intelectuais do norte e o EZLN. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 181.

² EZLN. Declaración de la Selva Lacandona. 1993. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>. Acesso em: 17 abr. 2006.

¡No nos rendiremos!)³ Declaración de la Selva Lacandona. Este recorte temporal se deve ao fato de identificarmos mudanças significativas entre estes dois documentos que serão exploradas posteriormente.

A delimitação espacial desta pesquisa se refere ao campo de atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional, privilegiando o estado de Chiapas, mas se estendendo por todo o México, a partir das repercussões de suas ações.

Enfocou-se o posicionamento do EZLN durante o período delimitado em relação a dois outros atores: o governo federal e a setores progressistas da sociedade civil mexicana. Apesar da disputa se dar entre o EZLN e o governo federal, os setores progressistas da sociedade civil, que apóiam as demandas dos zapatistas, mas não concordam com a via da luta armada, terão um importante papel de mediação entre os dois lados.

A eleição deste enfoque de pesquisa também justifica a delimitação cronológica. No período que será estudado, o Exército Zapatista elege o governo federal como principal alvo de suas investidas. Os setores progressistas da sociedade mexicana, por outra parte, foram interlocutores indiretos, extremamente valorizados. No período subsequente, são esses setores que irão dialogar diretamente com os zapatistas, através da Convenção Nacional Democrática. Dessa forma, os dois aspectos, delimitação cronológica e enfoque temático, são complementares. Ressaltamos que esta pesquisa só tornou-se viável pela disponibilidade da documentação do EZLN na internet.

O objeto em questão presta-se para o estudo das atuais formas de luta e de como a identidade de um sujeito social é construída e reconstruída. O EZLN é colocado por muitos como sendo um paradoxo, por conjugar aspectos da modernidade e da pós-modernidade, por ser um grupo armado com esforços de paz, um grupo revolucionário que não propõe uma revolução, “apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México”⁴. Em uma expressão muito utilizada “uma revolução para que a revolução seja possível”. Esta pesquisa assume relevância e originalidade ao tentar entender como este paradoxo se constituiu no bojo da atuação do EZLN e não tomando isto como dado.

Além disso, a História que pesquisamos, escrevemos e ensinamos deve ser compreendida como tendo utilidade social. É papel dos historiadores localizar:

“los acontecimientos que vivimos en el continuum pasado-presente-futuro, coadyuvando a que nuestros conciudadanos estén en las mejores condiciones para situar los acontecimientos del presente en relación con el pasado y el futuro, a fin de

³ EZLN. Segunda Declaración de la Selva Lacandona. 10 jun. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_06_10_d.htm. Acesso em: 17 abr. 2006.

⁴ *Ibidem*.

poder imaginar, en suma, futuros alternativos al presente que algunos quieren continuo.”⁵

O Exército Zapatista de Libertação Nacional nos ajuda a imaginar futuros alternativos para o presente, pois recorda que, apesar do peso das determinações, os homens e as mulheres podem, através da concretização de seus projetos, mudar o mundo ou, ao menos, mudar o seu mundo.

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho está organizado em 3 diferentes capítulos. No primeiro, apresentamos brevemente a trajetória do EZLN a partir do seu surgimento e a sua atuação durante o ano de 1994.

No segundo capítulo, efetuamos uma revisão bibliográfica percorrendo alguns livros, artigos e trabalhos acadêmicos que abordam a temática e uma discussão conceitual, esclarecendo os referenciais teóricos que nortearam esta pesquisa.

Por fim, no terceiro capítulo, analisamos a primeira e a segunda Declaración de la Selva Lacandona, pontuamos as mudanças ocorridas no EZLN neste intervalo de tempo e tentamos responder porquê o Exército Zapatista de Libertação Nacional passa da guerra aberta à negociação com o governo federal mexicano.

⁵ BARROS, Carlos. Chiapas y la Escritura de la Historia. Revista Contexto & Educação, Ijuí, Ed. UNIJUÌ, v. 14, n.º 54, abr/jun 1999. p. 32.

1 O EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E O CENÁRIO MEXICANO NA DÉCADA DE 90

O Exército Zapatista de Libertação Nacional é um grupo guerrilheiro de composição indígena localizado em Chiapas, México. Chiapas é um dos estados com os maiores índices de pobreza do país. O EZLN tem sua base de operações na Selva Lacandona. Esta, a partir da década de 50, se tornou uma zona de convergência dos mais diferentes grupos populacionais, em especial indígenas. Na década de 60, grupos vinculados à Teologia da Libertação começam as primeiras mobilizações indígenas, tendo destaque a figura do Bispo Samuel Ruiz. Nas décadas de 70, a região serviu como base de ação de grupos guerrilheiros.

Destes grupos guerrilheiros, o mais importante para o surgimento do EZLN foi a Forças de Libertação Nacional (FLN). Segundo Magno de Carvalho⁶, a FLN é fundada em 1969 por membros do extinto Exército Insurgente Mexicano⁷.

O EZLN começa a se organizar em 1983, sendo composto por indígenas de diversas etnias: tzotzil, tzetzal, chol, tojolabal, mam e zoque, os principais grupos étnicos de Chiapas. Segundo o Subcomandante Marcos, em 1984 os indígenas já haviam se tornado maioria na organização.

Sobre a sua fundação, Antonio Garcia de León aponta que:

“O Exército Zapatista é fundado, quando [...] um grupo marxista de guerrilha urbana se integra a esta luta. Seu objetivo inicial era, em 1974, formar uma guerrilha foquista, uma guerrilha guevarista na região. Porém, esta tentativa foi totalmente aniquilada pelo Exército em 1974. Em 1983, ocorre uma nova tentativa que, desta vez, sai vitoriosa. Esta vitória, em certo sentido, se dá em consequência da fusão de guerrilheiros urbanos (um pequeno grupo de militantes marxistas urbanos, entre eles Marcos) com o movimento indígena e camponês, engendrando uma luta com perspectivas novas, no interior de um movimento mais eclético e mais heterodoxo.”⁸

O México queria ser visto como um país desenvolvido e promissor. Jorge Quillfeldt⁹ aponta que as reformas neoliberais iniciaram no governo de Miguel de la Madrid (82-88). Com a eleição de Carlos Salinas de Gortari, estas ganham mais força e o México adota o

⁶ CARVALHO, Magno de. O EZLN e a luta armada em Chiapas. Revista O Olho da História, Salvador, n.º 3, dez. 2006. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03carval.html>. Acesso em: 16 abr. 2006.

⁷ O Exército Insurgente Mexicano foi formado a partir do massacre de Tlatelolco pelo jornalista Mario Menéndez, do estado de Yucatán, e dissolvido após uma tentativa frustrada de instalar um grupo guerrilheiro em Chiapas. Ver FIGUEIREDO, Guilherme Githay de. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército de Zapatista de Libertação Nacional. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 133.

⁸ LEÓN, Antonio García de. Os Zapatistas hoje. Revista O Olho da História, Salvador, n.º 3, dez 2006. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03leon.html>. Acesso em: 16 abr. 2006.

⁹ QUILLFELDT, Jorge Alberto. Uma guernica latino-americana. Revista ADVERSO: Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Ano 5, n.º 7, jul. 1995. p. 68.

receituário do Banco Mundial e do FMI com privatizações e extinção do regime de terras comunais (*ejidos*¹⁰).

O EZLN aparece na cena pública em 1994 com o levante de 1º de janeiro, data escolhida por diversos motivos operacionais e militares, mas também por marcar a assinatura do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte pelo governo federal mexicano. Quase três mil combatentes tomam militarmente sete municípios: San Cristóbal, Ocosingo, Chanal, Margaritas, Oxchuc, Huistán y Altamirano, o que representa 25% do território chiapaneco¹¹.

“O subcomandante Marcos comandou o ataque à capital e foi o principal porta voz do EZLN, concedendo uma entrevista coletiva internacional à imprensa em frente ao Paço Municipal ocupado. Foi a primeira vez que o EZLN falou ao mundo, apresentando as razões do conflito, acumuladas por décadas, para não falar séculos, de massacres, de fome e de luta por uma terra que pertencia ao povo.”¹²

Héctor Luis Saint-Pierre define este momento da seguinte maneira: “com a força de um ‘buraco negro’, ameaçando devorar tudo à sua volta, irromperam na modorra política do continente chamando a atenção para uma forma de luta que se acreditava morta e sepultada.”¹³

Inaugura-se o período de guerra aberta que se estende de 1º a 12 de janeiro de 1994. O governo afirma que demandas sociais não podem ser um pretexto para violentar a ordem jurídica. Também acusam sacerdotes e diáconos da Teologia da Libertação de apoiarem a guerrilha. Os bispos de Chiapas se manifestam contra a violência, mas alertam sobre o abandono que sofrem os indígenas. Os candidatos a presidência do Partido de la Revolución Democrática (PRD) e do Partido Acción Nacional (PAN) afirmam que a solução para problemas do povo não deve ser a via armada.

O exército mexicano reage e travam-se lutas em diversas localidades. Aviões e helicópteros efetuam intensos bombardeios sobre posições do EZLN. Iniciam-se os pedidos de intelectuais, Igreja e diversos grupos para que se encontre uma solução pacífica. O governo

¹⁰ *Ejido*: “1 Forma institucionalizada de posse da terra que consiste em que o governo oferece como propriedade um terreno a um grupo de pessoas para que o trabalhem e obtenham os benefícios da sua exploração. De acordo com a última modificação na Constituição, o uso destas terras e sua mudança de proprietário devem ser supervisionados e aprovados pelo Estado 2 Terreno assim concessionado pelo governo, principalmente para a sua exploração agrícola, florestal e pecuária 3 Sociedade formada por pessoas que trabalham estas terras 4 Durante a época colonial e até meados do século XIX, porção de terra de uso comunal que estava dedicada ao pastoreio e que se encontrava nas vizinhanças dos povoados rurais 5 em Guerrero, medida agrária que equivale a 3,24 hectares.” (LARA, Luis Fernando. Diccionario del Español Usual en México. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996 *apud* FIGUEIREDO. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército de Zapatista de Libertação Nacional. p. 90-91.

¹¹ Os dados apresentados e a análise dos acontecimentos deste período baseia-se na cronologia apresentada por CECENA, Ana Esther e ZARAGOZA, José. Cronología del conflicto: 1º de enero - 1º de diciembre de 1994. Revista Chiapas, México, Ediciones Era, n.º 1, 1994. Disponível em: <http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecena-zaragoza.htm>. Acesso em: 10 maio 2007.

¹² CARVALHO. O EZLN e a luta armada em Chiapas.

¹³ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 207.

impõe quatro condições para estabelecer um diálogo: cessação das hostilidades; deposição e entrega das armas; devolução de reféns e seqüestrados; e identificação dos dirigentes. Setores da sociedade civil pressionam fortemente para que o governo ordene o cessar-fogo.

No dia 6 de janeiro, o presidente afirma que “este no es un alzamiento indígena, sino la acción de ese grupo violento, armado en contra de la tranquilidad de las comunidades, la paz pública y las instituciones de gobierno”. Seriam, na verdade, “profesionales de la violencia, nacionales y un grupo extranjero, ajenos a los esfuerzos de la sociedad chiapaneca”. Também oferece o perdão aos indígenas “en condiciones de pobreza que han participado por engaño, presiones o aun por desesperación, que depongan su conducta violenta e ilegal”.¹⁴

É deste mesmo dia um comunicado do EZLN, divulgado no dia 10 de janeiro, em que listam suas condições para iniciar um diálogo. São elas:

“A). Reconocimiento al EZLN como fuerza beligerante. B). Cese al fuego de ambas partes en todo el territorio en beligerancia. C). Retiro de las tropas federales de todas las comunidades con pleno respeto a los derechos humanos de la población rural. Regreso de las tropas federales a sus respectivos cuarteles en los distintos puntos del país. D). Cese al bombardeo indiscriminado a poblaciones rurales. E). En base a las tres condiciones anteriores, formación de una comisión nacional de intermediación.”¹⁵

No dia 10 de janeiro, tudo indica que a atividade militar começa a diminuir. No dia 11, Manuel Camacho (político do Partido Revolucionário Institucional, posteriormente nomeado Comissário para a Paz e a Reconciliação em Chiapas) propõe uma trégua imediatamente no que o Congresso o segue. No dia 12, uma manifestação no Zócalo na Cidade do México reúne milhares de pessoas que pedem o “Alto a la Masacre”. Salinas de Gortari emite um cessar-fogo unilateral. Mesmo não tendo suas condições cumpridas na integralidade, o EZLN também suspende a ofensiva e envia ordens a suas tropas para encerrar os ataques, mas manter suas posições e responder com firmeza a qualquer agressão¹⁶.

Segundo Guilherme Gitahy de Figueiredo “[...] quando o governo declarou uma trégua unilateral, haviam morrido 150 rebeldes, 24 policiais e 19 militares, segundo dados oficiais, embora relatos da população local tenham levado a estimativas que chegam a 400 ou até 600 mortos”¹⁷.

¹⁴ SALINAS DE GORTARI, Carlos. Mensaje del Presidente. 6 jan. 1994. Disponível em: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/06ene94g.html>. Acesso em: 8 nov. 2010.

¹⁵ EZLN. Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo. 6 jan. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_06.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

¹⁶ EZLN. Sobre el alto al fuego. 12 jan. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_12_a.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

¹⁷ FIGUEIREDO. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército de Zapatista de Libertação Nacional. p. 185.

Após 12 de janeiro, o período que se segue é de diálogo e consulta às bases do EZLN. Porém, também é quando o governo mexicano inicia a guerra de baixa intensidade com o objetivo aniquilar política e moralmente a insurgência¹⁸.

A primeira mesa de diálogo acontece no dia 21 de fevereiro em San Cristóbal de las Casas, mais de um mês após o cessar-fogo. Uma das principais demandas do EZLN era o retorno do artigo 27¹⁹ da Constituição Mexicana, que trata da questão agrária, ao seu espírito original, aprovado em 1917 e que havia passado por reformas em 1991 e 1992, favorecendo os latifúndios.

Em relação ao governo, Carlos Salinas de Gortari continua no poder. Seu partido, o PRI, tem como candidato à sucessão Luis Donaldo Colosio, que se declarava disposto a dialogar com o EZLN. Porém, este é assassinado em 23 de março, em circunstâncias até hoje não esclarecidas e Ernesto Zedillo é lançado como candidato substituto. O EZLN, temendo uma ofensiva militar, entra em “alerta vermelho” e suspende o diálogo.

No dia 10 de abril, comemora-se o aniversário de 75 anos da morte de Emiliano Zapata através de diversas marchas pelo país, sendo a principal delas realizada na Cidade do México, com fortes expressões de apoio ao EZLN. A partir de 20 de abril, inicia-se a desativação do “alerta vermelho”.

No dia 10 de junho, o EZLN emite a Segunda Declaración de la Selva Lacandona (Anexo B). Esta se dirige à sociedade civil mexicana e convoca uma Convenção Nacional Democrática que ocorre de 5 a 9 de agosto de 1994. Em dezembro de 1994, declaram a existência de 30 novos municípios, os Municipios Autônomos Rebeldes Zapatistas²⁰.

¹⁸ Sobre o conceito de “guerra de baixa intensidade” ver APREZA, Inés Castro. *Quitarle el agua al pez: la guerra de baja intensidad en Chiapas: 1994-1998*. Ver também PINEDA, Francisco. *La guerra de baja intensidad*.

¹⁹ A Constituição Mexicana de 1917 estabeleceu no seu artigo 27 que as terras pertenciam à Nação mexicana e só ela pode ceder o direito da propriedade da terra e da exploração do subsolo. Proíbe a propriedade da terra aos estrangeiros, organizações religiosas e beneficentes, sociedades anônimas, empresas industriais, mineiras, comerciais e bancárias. Define uma extensão máxima de terras segundo as diferentes regiões. “O artigo 27 trata das modificações no setor rural. As grandes propriedades seriam, em alguns casos, expropriadas e repartidas. O princípio que norteou o artigo 27 foi o do estabelecimento da propriedade, principalmente da propriedade particular. Criou também a possibilidade da manutenção da propriedade comunal sob a forma de *ejido*. A institucionalização do *ejido* se fez no sentido do estabelecimento de um tipo de cooperativa sob a orientação do Estado.” (CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A revolução mexicana: 1910-1917*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. p. 105)

²⁰ Os Municipios Autônomos Rebeldes Zapatistas agrupam comunidades e microrregiões nas zonas de influência do EZLN em Chiapas a partir do controle do território. Em julho de 2003, surgem também os Caracoles e as Juntas de Bom Governo. As Juntas de Bom Governo agrupam regiões mais extensas que os Municipios Autônomos Rebeldes Zapatistas. “Os Caracoles são as sedes das Juntas de Bom Governo, novas instâncias e coordenação regional e lugares de encontro das comunidades zapatistas e da sociedade civil nacional e internacional. [...] as novas instâncias buscam superar os problemas que surgiram no processo de construção da autonomia.” (ORNELAS, Raúl. *A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles*. In: CECENÁ, Ana Esther (org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 142.)

O processo de negociação se estende até 16 de janeiro de 1996, após consulta realizada pelo EZLN às suas bases, quando são assinados os Acordos de Sán Andrés, compostos de quatro documentos, dois de ordem nacional e dois que dependiam de reformas constitucionais. Ao todo, são seis as Declaraciones de la Selva Lacandona.

O EZLN continua operando em Chiapas. O impasse continua até os dias de hoje, com diversos desdobramentos que não serão possíveis examinar.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DISCUSSÃO TEÓRICA

Para resgatar as principais questões sobre o neozapatismo, efetuamos uma revisão bibliográfica procurando pontuar os tipos de publicação e os principais temas abordados. Esta tentativa, longe de esgotar a bibliografia disponível sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional, refletiu a busca pelo enriquecimento desta pesquisa e as dificuldades materiais e temporais para dar cabo do conjunto de escritos sobre o tema.

A maior parte das publicações se constitui de obras que têm por objetivo informar sobre o EZLN, fazer um balanço, quando não, uma defesa do mesmo. Dentre os trabalhos sob esta perspectiva estão os livros de Alejandro Manuel Buenrostro y Arellano²¹, Emilio Gennari²² e Pierre Mouterde²³ com um caráter didático e não muito crítico.

Alguns artigos se propõem a compreender ou ajudar a compreender as causas do levante zapatista, como é o caso de Elizabeth Pólito Barrios e Juan González Esponda²⁴ e Pablo González Casanova²⁵. Estes inserem a rebelião zapatista dentro de um contexto histórico, fazendo uma grande revisão do que se passou em Chiapas e no México no último século. Há também uma cronologia do ano de 1994, de grande valia para esta pesquisa, de Ana Esther Ceceña e José Zaragoza²⁶, que identifica dia a dia o que ocorreu em relação ao EZLN. Além disso, se propõe a periodizar o conflito, identificando 3 períodos distintos no ano de 1994: a guerra aberta; o diálogo e a consulta; organização da resistência política da sociedade civil. Os artigos de James Petras²⁷ e Jorge Alberto Quillfeldt²⁸ inserem o EZLN na conjuntura político-econômica da ascensão do neoliberalismo.

²¹ BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro Manuel. *As Raízes do Fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio Editora, 2002.

²² GENNARI, Emilio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

²³ MOUTERDE, Pierre. *Reinventando a utopia: práticas alternativas da esquerda latino-americana*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

²⁴ BARRIOS, Elizabeth Pólito e ESPONDA, Juan González. *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*. Revista Chiapas, México, Ediciones Era, n.º 1, 1994. Disponível em: <http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1gonzalez-polito.html>. Acesso em: 10 maio 2007.

²⁵ CASANOVA, Pablo González. *Causas da rebelião em Chiapas*. Revista O Olho da História, Salvador, n.º 3, dez. 2006. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03casanova.html>. Acesso em: 16 abr. 2006.

²⁶ CECEÑA e ZARAGOZA. *Cronología del conflicto: 1º de enero - 1º de diciembre de 1994*.

²⁷ PETRAS, James. *Chiapas: los límites del neoliberalismo*. Revista ADVERSO: Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Ano 5, n.º 7, p. 63-67, jul. 1995.

²⁸ QUILLFELDT. *Uma guernica latino-americana*.

Outros artigos tratam do EZLN a partir de diversos enfoques. Alicia M. Barabas²⁹ aborda a contribuição do EZLN para a radicalização do movimento indígena no México. Raúl Ornelas³⁰ tem como tema o discurso e a prática zapatistas em torno da autonomia, partindo do levante zapatista até o nascimento dos Caracoles. Enrique Rajchenberg³¹ trata do pensamento político do EZNL e das idéias desenvolvidas por este que subvertem o pensamento neoliberal. Daniel Nugent³² demonstra as contradições na proposição de alguns intelectuais que identificam o neozapatismo como pós-moderno. Já Carlos Barros³³ analisa a importância de Chiapas para a reflexão historiográfica.

Héctor Luis Saint-Pierre³⁴ dedica um capítulo do seu livro para a análise das manifestações atuais da luta armada. A guerrilha chiapaneca é observada a partir das alterações operadas na concepção de guerra revolucionária em três níveis: político, estratégico e tático. O autor conclui que o EZLN incorpora uma série de novidades à teoria da guerrilha.

Reflexões mais aprofundadas e teóricas sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional não foram publicadas ainda, estando no formato de dissertações. No Banco de Teses da CAPES (<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>), encontram-se 24 referências ao EZLN até o presente momento, sendo 23 dissertações e uma tese. Não tivemos acesso a toda esta produção, mas, através dos resumos disponíveis, podemos perceber quais são os temas abordados na produção acadêmica sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional no nível da pós-graduação no Brasil. São eles: autonomia, discurso, comunicação, papel da mídia, educação, revista Chiapas, identidade indígena, movimentos sociais, crise econômica, luta armada, sociedade civil, estratégia e pluralismo cultural.

Tivemos a oportunidade de ler duas dissertações sobre o neozapatismo. Edson Antoni³⁵ analisa o EZLN e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) através do conceito de novo movimento social, percebendo como se dá a formulação de um novo

²⁹ BARABAS, Alicia M. 1994: O Zapatismo e a Radicalização do Movimento Indígena no México. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org). Região e nação na América Latina. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 163-187.

³⁰ ORNELAS. A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles. p. 129-167.

³¹ RAJCHENBERG, Enrique. O perfil de um novo pensamento político: o zapatismo. In: BAQUERO, Marcello (org). Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 135-146.

³² NUGENT. Os intelectuais do norte e o EZLN.

³³ BARROS. Chiapas y la Escritura de la Historia.

³⁴ SAINT-PIERRE. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária.

³⁵ ANTONI, Edson. Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2002. 200p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

paradigma identitário, na constituição de um novo sujeito político e na elaboração de um novo projeto nacional.

Guilherme Githay de Figueiredo³⁶ trata de como esta guerrilha mudou da estratégia da organização política e militar para a tomada revolucionária do poder, para outra em que predominam práticas, formas de organização, discursos e objetivos que têm a comunicação e a criação de mecanismos de participação como elementos fundamentais.

A partir desse levantamento bibliográfico, percebe-se que este é um tema candente, gerando uma vasta produção de diversos gêneros. Buscamos também refletir sobre as questões teóricas que a história do tempo presente coloca ao estudo do Exército Zapatista de Libertação Nacional e sobre as questões teóricas que o Exército Zapatista de Libertação Nacional, entendido como sujeito social, coloca à história.

Para isso, é importante definir brevemente o que é a história do tempo presente. Lagrou define o “tempo presente” como “um *continuum* entre o período estudado e o momento da escritura”³⁷. Alguns autores defendem que o tempo presente começaria no pós-guerra, outros em 1989, com a queda do Muro de Berlim. E podemos pensar outras possibilidades para situar o início deste período. Porém, mais importante que datar quando começaria o tempo presente, é entender o que faz esse período qualitativamente diferente dos anteriores e que implicações isto traz para a escrita da história

Para Lagrou,

“A característica da História do Tempo Presente consistiria naquilo que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e do que ele estuda. [...] O período estudado não está fechado: não há esse elemento de alienação, de alteridade, que é próprio do estudo de períodos mais afastados. Não ocorreu ruptura cronológica entre o tempo dos acontecimentos e o tempo da escritura de sua história. Os paradigmas, os dados essenciais e a “armadura intelectual” que se tenta analisar no passado fazem ainda parte do presente.”³⁸

Para Bernstein e Milza “a história do presente é primeiramente e antes de tudo história”³⁹, porém “é uma história particularmente delicada para se construir e analisar”⁴⁰. Isto se deve a duas especificidades que os autores apontam: 1) sua função principal, por se situar na emergência de fenômenos de longa duração, seria modificar permanentemente o significado deste, apontando no passado novos objetos de estudo a partir das preocupações do

³⁶ FIGUEIREDO. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército de Zapatista de Libertação Nacional.

³⁷ LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). História do Tempo Presente. Bauru: Edusc, 2007. p. 36.

³⁸ *Ibidem.* p. 36.

³⁹ BERNSTEIN, Serge e MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999. p. 127.

⁴⁰ *Ibidem.* p.130.

presente; 2) a abundância de instrumentos documentais, tornando o historiador do presente um privilegiado, pois este não corre o risco de se encontrar privado dos documentos necessários para seu trabalho, mas também tornando mais indispensável do que em outros casos a escolha, a classificação e o rigor do ofício histórico.

Existem outras particularidades que podemos apontar como a importância do tema da memória, a difícil questão do distanciamento e da objetividade/subjetividade do historiador, o acontecimento como índice de como a sociedade se relaciona com seu passado e projeta seu futuro, etc. No que concerne a este trabalho, uma questão já exposta anteriormente é a grande quantidade de fontes primárias e produções sobre o assunto, tornando essencial a seleção dos documentos e delimitação temporal para que esta pesquisa se tornasse viável. Já a proximidade temporal é um fator que influencia na nossa capacidade de análise, pois utilizando as palavras de Lagrou não está estabelecida a alteridade.

Porém, o fator mais importante a destacar é o Exército Zapatista de Libertação Nacional continuar atuando nos dias de hoje. Isso traz algumas implicações para este trabalho. Em primeiro lugar, em relação aos resultados, pois, por mais que o período analisado seja delimitado, quaisquer alterações nos rumos do EZLN podem abrir espaço para novas conclusões. Em segundo lugar, em relação ao papel e a responsabilidade do pesquisador, já que dependendo de como a história do EZLN é escrita, isso pode alterar a maneira como a sociedade o enxerga, se ela aprova ou desaprova suas condutas e se apóia ou condena este grupo. Por mais que este trabalho, por sua própria natureza, não tenha repercussão na sociedade, isso não nos exime dessa responsabilidade. Em terceiro lugar, temos a questão da subjetividade do historiador, pois, apesar de não sermos “zapatistas”, o próprio interesse neste objeto de estudo vem de uma trajetória pessoal ligada à Teologia da Libertação, aos movimentos sociais e ao campo político da esquerda. Acreditamos, no entanto, que isto não altera a legitimidade e a veracidade dos resultados obtidos, já que nos balizamos no método científico para a pesquisa histórica.

Por fim, atualmente, fala-se muito do retorno do sujeito, mas pensado como sujeito individual. Carlos Barros aponta que um dos impactos da revolta zapatista é que marca o retorno do sujeito social na história e na historiografia⁴¹. Esse retorno do sujeito social coloca questões para o presente, mas também para o passado. Trata-se de um sujeito social que formula projetos, atua na realidade, transformando-a e reconstrói sua identidade.

⁴¹ BARROS. Chiapas y la Escritura de la Historia. p. 42.

Nesta pesquisa, o problema em questão será analisado a partir de dois conceitos centrais, a saber: guerra revolucionária e identidade.

Para a análise de ambos os conceitos, utilizamos uma bibliografia limitada que julgamos suficiente para os objetivos deste trabalho de conclusão de curso. O primeiro conceito foi formulado por Héctor Luis Saint-Pierre em seu livro “A política armada: fundamentos da guerra revolucionária”. O segundo, foi trabalhado por Michael Pollak em seu artigo “Memória e Identidade Social”.

Saint-Pierre parte da fórmula de Clausewitz, segundo a qual a guerra não é outra coisa que a continuação da política por outros meios. A partir do pressuposto de que a guerra não é a negação da política e a violência constitui o limite definicional da política, o autor afirma que “o que caracteriza a guerra não são os meios, mas a política a cujos objetivos aquela serve”⁴². Nesse sentido, guerra revolucionária é “o conflito no qual as classes exploradas procuram por meio da luta armada o desequilíbrio das relações de forças para estabelecer uma situação de igualdade que acabe com as classes sociais”⁴³. Para o autor, a guerra revolucionária é “a mais aguda e explícita expressão da violência dentro da história da luta de classes”⁴⁴. Portanto, é a agudização bélica da luta de classes.

A guerra revolucionária é um conflito armado do tipo da guerra civil, na qual o que está em jogo é “a composição de classes que detêm o poder; são as classes exploradas as que procuram esse monopólio para impor às classes dominantes um sistema jurídico-político que estabeleça a igualdade econômica, política e social”⁴⁵. Na guerra civil, “o conflito se desenvolve em uma mesma unidade decisória como manifestação extrema de sua pluralidade política”⁴⁶. Neste caso, a legitimidade estatal não é reconhecida e o monopólio da força é disputado.

Já a guerrilha pode ser tanto revolucionária quanto contra-revolucionária. Ela tem apenas um valor tático.

“[...] embora constitua um dispositivo importantíssimo para a guerra revolucionária, [...] a função estratégica corresponde ao exército revolucionário conjuntamente com os movimentos de massa urbanos. [...] A guerrilha tem como objetivo desestabilizar, dar apoio ao exército revolucionário, desgastar as forças inimigas, cortar as linhas de comunicação e transporte, fustigar o exército inimigo, desmoralizar suas tropas. Mas as guerrilhas dificilmente têm condições de tomar o poder, de ocupar militarmente o território.”⁴⁷

⁴² SAINT-PIERRE. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. p. 69.

⁴³ *Ibidem*. p. 28. Grifos no original.

⁴⁴ *Ibidem*. p. 26.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 34.

⁴⁶ *Ibidem*. p. 34.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 196.

Por sua vez, Saint-Pierre define insurreição como:

“[...] um longo processo pelo qual se organiza, dinamiza e realiza um amplo movimento de massas, que pode estar composto por várias frentes [...] e cujo objetivo final é a tomada de poder. Nesse sentido, a insurreição é um fenômeno político que consiste em uma totalidade estratégica que abarca desde a conspiração até o assalto final, a batalha decisiva, incluindo a articulação político-militar das frentes e a formação de um exército insurrecional que procurará, no momento preciso, a decisão pelo combate.”⁴⁸

Por outro lado, pode-se entender como “o momento culminante do assalto final, o exercício político da tomada do poder, a manifestação social da emergência do movimento popular na sua máxima expressão, a revolta, a sublevação, a parte mais visível e virulenta da insurreição.”⁴⁹

O autor distingue ainda três níveis nos quais se pode analisar qualquer fenômeno de força: o político, o estratégico e o tático. O nível político define a conduta *da* guerra; o estratégico, a conduta *na* guerra; o tático, a atitude na batalha⁵⁰.

“Se analisarmos a guerra insurrecional a partir dos três níveis em que se desenvolve, verificaremos que em geral apresenta o seguinte comportamento: *no nível político, é ofensiva*, ela visa tomar o poder e para isso deve assumir a iniciativa política; *no nível estratégico, é defensiva*, dada a desproporção de forças em relação ao exército da classe dominante, ela deve resguardar suas forças e ganhar tempo para que se fortaleçam (trocar espaço por tempo); *no nível tático, é ofensiva*, devem ser evitadas as posições defensivas fixas, que seriam alvo fácil para o maior poder de fogo do inimigo.”⁵¹

Partindo do pressuposto de que a guerra desencadeada pelo Exército zapatista de Libertação Nacional se enquadra no conceito de guerra revolucionária, o levante de 1º de janeiro de 1994 pode ser analisado a partir dos princípios estratégicos da insurreição. São eles: **ofensiva, oportunidade, unidade de comando e surpresa**.

A insurreição é o momento tático em que se passa da defensiva à **ofensiva**. Este momento para o EZLN foi o 1º de janeiro de 1994. Com o levante, a guerrilha chiapaneca apareceu para o mundo e efetuou a tomada de alguns municípios.

Já a **oportunidade** “é a compreensão histórica do momento vivido. É a sensibilidade do ator histórico para perceber a correta maturação dos acontecimentos para colher os frutos esperados”⁵². Nesse sentido, a escolha do 1º de janeiro de 1994 mostrou um grande senso de oportunidade, pois além do potencial simbólico dado à assinatura do TLC, o levante pegou o exército mexicano desorganizado graças às comemorações de ano-novo. Além disso, o

⁴⁸ *Ibidem*. p. 129.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 129.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 161. Grifos no original.

⁵¹ *Ibidem*. p. 131. Grifos no original.

⁵² *Ibidem*. p. 135.

Subcomandante Marcos aponta outros fatores importantes no planejamento do levante: tinha de deixar claro que não era uma narcoguerrilha e que não eram estrangeiros; tinha que levar em conta a população civil; e tinha que ser depois da colheita.⁵³

Sobre a **unidade de comando**, Saint-Pierre afirma que “a centralização decisória é crucial para garantir o êxito de operações combinadas que requeiram a participação de diferentes frentes. Não há possibilidade de consolidar um triunfo militar sem comando unificado”⁵⁴. A unidade de comando, no caso do EZLN, é fundamental, pois este comporta várias comunidades e diversas etnias. Ela é exercida pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral (CCRI-CG).

A **surpresa** “resulta da combinação de duas características: o sigilo e a rapidez”⁵⁵.

“Operar com o elemento surpresa implica algumas considerações: em primeiro lugar, a dificuldade de mobilizar grande número de efetivos sob essas duas condições [sigilo e rapidez] exige operar com pequenos grupos de fácil deslocamento e em regime de clandestinidade; em segundo, embora não seja impossível, é muito difícil lograr a surpresa no nível político. Neste, as posições são claramente manifestas e atingem o nível da violência física, normalmente, quando os recursos pacíficos foram esgotados. Dificilmente uma declaração de guerra surpreende.”⁵⁶

Marcos, quando perguntado sobre como o levante se manteve em segredo apesar de ser uma operação tão grande, afirma que:

“Porque el pueblo está con nosotros. Prácticamente cuando el Ejército Zapatista y el Comité Clandestino hablan de territorio bajo control, es todo lo que no sea ciudad y carretera en Chiapas, o sea todo el territorio rural controlado por los zapatistas. Si no, ¿como es posible que nosotros podamos mover a miles de gentes desde la selva a una ciudad que está a doce kilómetros del cuartel militar más grande que hay en el sureste, el de Rancho Nuevo, y acampar días antes en los alrededores? Tiene que haber una complicidad, un apoyo no sólo del lugar de allí sino de toda la ruta de salida y entrada, que es la que nos permite replegarnos sin baja.”⁵⁷

Ressaltamos que a declaração de guerra zapatista surpreendeu o mundo. Marcos aponta que o exército já havia descoberto um acampamento e tinha idéia de seus planos, mas o governo não quis reconhecer a existência de uma guerrilha às vésperas da assinatura do TLC⁵⁸. Ainda assim, o exército não estava preparado para o levante.

⁵³ EZLN. Entrevista a Subcomandante Marcos: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento. 4 fev. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_02_04.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

⁵⁴ SAINT-PIERRE. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. p. 137.

⁵⁵ *Ibidem*. p. 138.

⁵⁶ *Ibidem*. p. 138.

⁵⁷ EZLN. *Op. Cit.*

⁵⁸ EZLN. Entrevista a Subcomandante Marcos: Llevamos esperando 500 años, dicen los compañeros. Podemos esperar otros 500. 21 fev. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_02_21_b.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

É a interação dialética entre o projeto revolucionário do Exército Zapatista de Libertação Nacional com a realidade em que ele atua que nos propomos a analisar. É dentro desse quadro que o abandono da ação militar e a abertura à negociação e ao diálogo com o governo federal por parte do EZLN retoma seu sentido.

Estes podem continuar em negociação, mas já não são os mesmos de 1º de janeiro de 1994. Aqui entra o segundo conceito chave desta pesquisa: identidade. Michael Pollak define a identidade como:

“[...] imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.”⁵⁹

O EZLN se apresenta da seguinte maneira:

“[...] somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones [...], formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. [...] utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras ‘EZLN’, EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre. Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. [...] Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa.”⁶⁰

Para Pollak, na construção da identidade há três elementos essenciais: a) **unidade física** – sentimento de ter fronteiras físicas ou fronteiras de pertencimento ao grupo; b) **continuidade dentro do tempo** – no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; c) **sentimento de coerência** – os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. Sendo assim, a memória é um elemento constituinte da identidade, pois ela é “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”⁶¹.

Segundo o autor, a memória, tanto individual quanto coletiva, se constitui de acontecimentos, personagens e lugares vividos pessoalmente ou vividos por tabela, ou seja, “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”⁶². Estes podem não se situar dentro do espaço-tempo desta pessoa ou grupo. É um “fenômeno de projeção ou

⁵⁹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.º 10, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2007.

⁶⁰ EZLN. Declaración de la Selva Lacandona.

⁶¹ POLLAK. *Op. Cit.*

⁶² *Ibidem.*

de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”⁶³.

A memória do EZLN perpassa “500 años de luchas”⁶⁴. Ela se remete à memória dos indígenas, camponeses e trabalhadores mexicanos, tendo como principal referência Emiliano Zapata. Esta memória dá consistência a trajetória de quem tem-se “estado preparando en la montaña desde hace diez años”⁶⁵.

Pollak assinala que a identidade tem um caráter relacional, ela se constrói em referência aos outros. Portanto, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.”⁶⁶

Hoje pode-se falar que:

“O EZLN foi capaz de montar uma guerrilha única na história: uma guerrilha que não quer tomar o poder pelas armas, porém mudar a institucionalidade do país como passo prévio para a mudança do poder político; uma guerrilha que, após conquistar uma base física de operações, cessou o ataque ao inimigo [...]. É uma guerrilha que não tem pressa de vencer porque deseja convencer.”⁶⁷

Partindo destes pressupostos teóricos, esta pesquisa quer, entre outras coisas, mostrar que esta identidade do Exército Zapatista de Libertação Nacional não é natural. Ela é formulada relacionalmente e através de diversas construções e reconstruções.

⁶³ *Ibidem.*

⁶⁴ EZLN. *Op. Cit.*

⁶⁵ EZLN. Entrevista a Subcomandante Marcos: Nos hemos estado preparando en la montaña desde hace diez años. 4 jan. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_04.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

⁶⁶ POLLAK. *Op. Cit.* Grifos no original.

⁶⁷ SAMPAIO, Plínio de Arruda. Prefácio. In: BUENROSTRO Y ARELLANO. *As Raízes do Fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista.* p. 8.

3 DA GUERRA ABERTA À NEGOCIAÇÃO

A Declaración de la Selva Lacandona, elaborada em 1993 e divulgada no dia 1º de janeiro de 1994, é o primeiro comunicado que o Exército Zapatista de Libertação Nacional emite e é a partir dela que se dá a conhecer ao mundo. Com o “*¡Ya basta!*”, pede-se a deposição de Carlos Salinas de Gortari, chamando-o de ditador, afirmando que suas tropas irão avançar até a capital do país vencendo o exército federal, conclamando o povo mexicano para que o apóie e anunciando que irão formar um novo governo livre e democrático.

A Segunda Declaración de la Selva Lacandona, com o grito “*¡No nos rendiremos!*”, se dirige à sociedade civil mexicana, que o EZLN acredita ter sido responsável pelo cessar-fogo governamental: “la Sociedad Civil asumió el deber de preservar a nuestra patria, ella manifestó su desacuerdo con la masacre y obligó a dialogar”⁶⁸. Nesta segunda declaração, expressam que manterão o cessar-fogo para permitir que a sociedade civil se organize, conduzindo o trânsito pacífico à democracia. Chamam uma Convenção Nacional Democrática com o objetivo de elaborar propostas de um governo de transição e uma nova Constituição Nacional. “El objetivo fundamental de la Convención Nacional Democrática es organizar la expresión civil y la defensa de la voluntad popular.”⁶⁹

As transformações pelas quais o EZLN passa neste período podem ser evidenciadas quando analisamos as duas declarações. As diferenças entre uma e outra são assinaladas por alguns autores. Alejandro Manuel Buenrostro y Arellano e Ariovaldo Umbelino de Oliveira resumem a 1ª Declaração da seguinte maneira: “Destino: o povo do México, os povos e governos do mundo. Formato: análise de conjuntura, tomada de posição. Mensagem: ‘Unam-se às forças insurgentes’”.⁷⁰ E sobre a 2ª Declaração: “Mensagem: ‘Sociedade Civil, organiza-te e demonstra-nos que existe outra via, não a armada’. Convoca o movimento civil e propõe para agosto uma Convenção Nacional Democrática (CND) em seu território.”⁷¹

Já César Silva Montes afirma que:

“En la Primera Declaración encontramos el famoso ¡ya basta! utilizado por muchos movimientos sociales, incluso por partidos políticos. Destaca la tradición de lucha del pueblo mexicano, un lenguaje belicoso, de guerra para liberar al país de los ‘vende patrias’ invocando al artículo 39 de la Constitución. Difunde sus símbolos, entre otros, el rojo y negro que representa la huelga, deslinda su movimiento de

⁶⁸ EZLN. Segunda Declaración de la Selva Lacandona.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro Manuel e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Chiapas: construyendo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 339.

⁷¹ *Ibidem*. p. 341-342.

cualquier grupo de narcotraficantes o fuerzas extranjeras. Su llamado a la insurrección popular invita al pueblo mexicano a luchar por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. En la Segunda Declaración, el EZLN subordina su estrategia de guerra para privilegiar el diálogo con la sociedad civil. El mensaje se amplía a los pueblos y gobiernos del mundo. Después del llamado a la rebelión militar, reconoce en la sociedad civil la instancia para alterar o modificar la forma de gobierno y participar en el cambio democrático como la única alternativa de la guerra. En consecuencia, convoca a la sociedad civil a la Convención Nacional Democrática para crear una nueva cultura política donde el problema del poder no será quien será el titular, sino quién lo ejerce. También el EZLN explica que no firmó la paz en las primeas pláticas con el gobierno federal, porque no resolvió sus demandas fundamentales. Manifiestan que no boicotarán el proceso electoral de 1994.”⁷²

Verificando as duas declarações, percebe-se quatro mudanças fundamentais no EZLN. Estas são as mudanças de interlocutor, de solução, de tática e de papel.

A mudança de interlocutor é a que mais se destaca. Enquanto na primeira Declaración de la Selva Lacandona, os combatentes se dirigem aos “otros Poderes de la Nación” que restaurem “la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador”, na segunda afirmam:

“Hoy no llamamos a los fallidos poderes de la Unión que no supieron cumplir con su deber constitucional, permitiendo que el Ejecutivo Federal los controlara. [...]Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya. Es a él a quien hacemos un llamado en esta SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA”.

A mudança de solução, diz respeito à figura do presidente e da Constituição. A solução vista para os problemas mexicanos no primeiro documento era a deposição do presidente e para isto evocam a Constituição Mexicana. Segundo a Declaración de la Selva Lacandona:

“Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari [...] Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.”.

No documento de junho, avaliam que “la salida del usurpador del Ejecutivo federal no basta y es necesaria una nueva ley para nuestra patria nueva, la que habrá de nacer de las luchas de todos los mexicanos honestos”.

A mudança de tática advém das mudanças anteriores. Como já exposto anteriormente, a tática de janeiro é a luta armada, avaliada como “una medida última pero justa”. Também declaram que “no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas

⁷² MONTES, César Silva. El EZLN, de la guerra a la paz. Antología de Cultura y Sociedad Mexicana, México, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, ago/diez 2003. Disponível em: www.uacj.mx/icsa/cys/antologia.pdf. Acesso em: 17 abr. 2006. p. 229.

de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático”. Na Segunda Declaración, apesar de não descartada, a luta armada fica colocada num segundo plano. Falam à sociedade civil:

“Que la esperanza se organice, que camine ahora en los valles y ciudades como ayer en las montañas. Peleen con sus armas, no se preocupen de nosotros. Sabremos resistir hasta lo último. Sabremos esperar... y sabremos volver si se cierran de nuevo todas las puertas para que la dignidad camine.”

Por isso, propõe uma nova tática: a interlocução direta com a sociedade civil, através de uma Convenção Nacional Democrática com o objetivo de elaborar uma nova lei constitucional.

Nesse sentido, há uma mudança de papel que o próprio Exército Zapatista de Libertação Nacional se atribui. Na primeira, formar um novo governo, pedindo para si o apoio da sociedade civil. Na segunda, a proposição é invertida. A sociedade civil é que deve formar um novo governo e o papel do EZLN é o de garantir sua vontade. Nas suas palavras: “El Ejército Zapatista de Liberación Nacional se encuentra ya en todo el territorio nacional y está ya en posibilidad de ofrecerse al pueblo de México como Ejército garante del cumplimiento de la voluntad popular”. Por tudo isso, compreende-se que o período que se inicia após a Segunda Declaración de la Selva Lacandona é qualitativamente diferente do anterior.

Estas mudanças vão sendo gestadas desde a fundação do EZLN, mas a guerra aberta acelera e define os novos rumos do grupo. Quando o governo emite o cessar-fogo, porque não se usou a máxima de “procurar a decisão quando o inimigo preferir protelar”? Enfim, por que o Exército Zapatista de Libertação Nacional, após a tomada de um vasto território de Chiapas em janeiro de 1994, inicia uma negociação com o governo federal mexicano?

São diversos os fatores que precisamos levar em conta para responder esta questão. O primeiro que destacamos é o que aponta Héctor Luis Saint-Pierre:

“Obviamente, o objetivo político dos zapatistas não é, ao menos pelo que têm demonstrado até agora, a tomada do poder. Seu objetivo não é aniquilar as estruturas repressivas do Estado nem revolucionar o sistema. Sua pretensão política limita-se a obter algumas reformas dentro do próprio sistema, mas não sua derrubada.”⁷³

Em seguida, o próprio autor indica que não podemos ser apressados em julgar o EZLN como reformista, pois o diálogo pode ter o objetivo tático de ganhar tempo para ampliar-se política e militarmente e, após, retomar o objetivo estratégico de decisão pelas armas. Mesmo que concordemos com o caráter reformista do grupo, precisamos ressaltar que assim não o era nas suas origens.

⁷³ SAINT-PIERRE. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. p. 208.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional inicia sua história como um braço armado da FLN, um grupo marxista-leninista que pretendia instaurar uma guerra revolucionária a partir de Chiapas.

“A FLN combinou, na clandestinidade, três formas de luta: a política, a militar e a ideológica. Seus fins, a longo prazo, eram derrotar política e militarmente a burguesia e estabelecer um sistema socialista que, mediante a propriedade social dos meios de produção, suprimisse a exploração do homem pelo homem. A curto prazo, era integrar as lutas do proletariado urbano à dos camponeses e indígenas e formar o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).”⁷⁴

A própria guerra de janeiro de 1994 é uma decisão da FLN que, posteriormente, é submetida a consulta e aprovação das comunidades indígenas. Magno de Carvalho explica este processo:

“Em janeiro de 1993, em Prado, a FLN decide fundar o Partido das Forças de Libertação Nacional (PFLN) e realizar o seu primeiro congresso. Na sua declaração de princípios, seus objetivos são:

- Encabeçar a luta revolucionária do povo trabalhador para arrancar o poder da burguesia, libertar o país da dominação estrangeira e instalar a ditadura do proletariado que impeça a contra-revolução e inicie a construção do socialismo.
- Recorrer, como forma principal, à luta político-militar, combinando-a com outras formas de ação política. Conta para isto com o EZLN que jamais haverá de claudicar no México.

Em 23 de janeiro de 1993, em Prado, foi aprovada a posição defendida pelo subcomandante Marcos de iniciar a Guerra de Libertação no México. Esta posição, a partir de então, foi submetida a longas discussões nas comunidades zapatistas num processo bastante democrático, mas que, por se tratar de uma decisão fundamental como a guerra, partia de um acordo prévio: a posição aprovada necessariamente deveria ser acatada por todos.”⁷⁵

Parece-nos claro que o objetivo da FLN e do EZLN com a guerra e a Declaración de la Selva Lacandona não é só barganhar reformas, mas, seguindo a linha guevarista de guerrilha, empreender a guerra de libertação nacional e, então, a guerra revolucionária, aniquilando o Estado burguês e instaurando a ditadura do proletariado. Porém, desde sua constituição a partir da FLN, o grupo vai modificando-se em contato com os indígenas. Depois do dia 1º de janeiro de 1994, este processo acentua-se.

O segundo motivo para aceitar a negociação parece óbvio (e também pode, erroneamente, parecer suficiente para esclarecer este ponto). O EZLN, como insurgência, não tinha forças suficientes para aniquilar totalmente o inimigo, ou seja, retirar as condições de resistência do exército federal mexicano e tomar de assalto a maquinaria do Estado. Porém, devemos recordar que o EZLN é um grupo guerrilheiro e, como explica Che Guevara⁷⁶ sobre

⁷⁴ CARVALHO. O EZLN e a luta armada em Chiapas.

⁷⁵ *Ibidem.*

⁷⁶ GUEVARA, Ernesto. La guerra de guerrillas. Obras: 1957-1967. Havana: Casa de las Américas, 1970 *apud* SADER, Eder. Che Guevara: política. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 89-92.

a guerra de guerrilhas, este é um processo lento de acumulação de forças. Inicialmente ataca-se e foge, incorpora-se homens, conquista-se armamento e, posteriormente, posições. As forças guerrilheiras vão num crescente até terem condições favoráveis para a batalha final. Ou seja, a guerrilha chiapaneca não tinha condições de derrotar o exército mexicano, mas isto não impede o processo de guerra revolucionária.

Não temos dados para afirmar se o exército federal mexicano, em contrapartida, tinha como aniquilar o EZLN. O Subcomandante Marcos afirma que “ni podemos derrotar ahora al Ejército federal, ni el Ejército federal nos puede derrotar militarmente a nosotros. Lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento”⁷⁷. Já Magno de Carvalho percebe que “há em todos, sem exceção, sejam dirigentes ou milicianos de base, a convicção da vitória sobre as forças oficiais.”⁷⁸ O cessar-fogo governamental não se deu pela incapacidade do exército em empreender a luta, apesar das tropas regulares não terem treinamento para a guerra na selva, mas por motivos políticos. Como, politicamente, o custo do aniquilamento do EZLN pela via militar para o Estado mexicano era alto demais, o presidente preferiu a trégua e, por outro lado, optou pela guerra de baixa intensidade. Marcos analisa friamente que a trégua só beneficiou ao governo federal, pois este precisava “acabar de acomodar sus fuerzas, completar su información de inteligencia, delinear dónde estamos para golpear sin tocar a la población civil. Todo este tiempo le ha servido al gobierno para eso”⁷⁹.

Um dos motivos deste alto custo político da guerra é grande cobertura feita pela mídia, tornando o levante tema de destaque nacional e internacional. Porém, a razão mais importante é a dupla pressão que a sociedade civil exerce. Por um lado, exige do governo que não ocorra um massacre. Por outro, interpela o EZLN para abandonar a luta armada.

E isto ocorre apesar da tentativa do governo em criminalizar as ações, acusando o EZLN de manipular as comunidades indígenas, de ser formado por estrangeiros e, inclusive, de estar ligado ao narcotráfico. Segundo Saint-Pierre, o objetivo desta propaganda e da criminalização da ação revolucionária é: “esvaziar o confronto de qualquer conteúdo político que possa aglutinar as massas de um lado da luta ideológica, isto é, nas fileiras revolucionárias”⁸⁰. Porém, além de não surtir efeito desejado, talvez tenha contribuído para

⁷⁷ EZLN. Entrevista a Subcomandante Marcos: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento.

⁷⁸ CARVALHO. O EZLN e a luta armada em Chiapas.

⁷⁹ EZLN. Entrevista a Subcomandante Marcos: Llevamos esperando 500 años, dicen los compañeros. Podemos esperar otros 500.

⁸⁰ SAINT-PIERRE. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. p. 109.

reunir milhares de pessoas em marcha na capital federal pedindo o cessar-fogo governamental.

Os setores progressistas da sociedade civil mexicana, que aqui não serão tratados em sua pluralidade de expressões, organizações e soluções apontadas para o conflito, unificam-se em apoio ao projeto do EZLN e na sua não aceitação da via da luta armada. Entre estes estão setores progressistas da Igreja Católica, identificados com a Teologia da Libertação; de diversas organizações não-governamentais que formam um cinturão de paz, para garantir a efetivação das Jornadas de Diálogo para a Paz; de movimentos indígenas; do Partido del Frente Cardenista de Reconstrucción Nacional (PFCRN), que se oferece para ser o braço pacífico do EZLN; e alguns veículos de comunicação, como os jornais nacionais *La Jornada* e *El Financiero*, o jornal local de San Cristóbal de las Casas, *Tiempo*, e o semanário nacional *Proceso*.

A importância desses setores progressistas é ressaltada diversas vezes pelo Subcomandante Marcos e pelo EZLN. Estes setores têm seu apoio disputado pelo governo federal e pelo Exército Zapatista. O primeiro, se vê responsabilizado pela situação em que se encontram os indígenas chiapanecos, é pressionado para decretar o cessar-fogo e tenta, ao abrir o diálogo, isolar o EZLN, acreditando que este não aderirá ao mesmo. Para o governo, continuar a guerra aberta é extremamente desvantajoso, pois fortaleceria politicamente o seu inimigo e, mesmo derrotando-o, isso implicaria diretamente no resultado das eleições presidenciais de 1994.

Já o EZLN, em um documento de 6 de janeiro, apresenta como objetivo do levante:

“dar a conocer al pueblo de México y al resto del mundo las condiciones miserables en que viven y mueren millones de mexicanos, especialmente nosotros los indígenas. Con estas acciones que iniciamos damos a conocer también nuestra decisión de pelear por nuestros derechos más elementales por el único camino que nos dejaron las autoridades gubernamentales: la lucha armada.”⁸¹

Segundo o Subcomandante Marcos, um dos êxitos pretendidos era que outros movimentos, inclusive civis, se juntassem à chamada do EZLN em outras partes do México⁸². Desde o início, a interlocução com a sociedade civil é vista como uma prioridade. E isto, ao contrário do que se pode imaginar, não é contraditório com o objetivo da luta armada, pois na guerra revolucionária, em especial, com a tática de guerrilha, o apoio da população é fundamental para os revolucionários. Estes, antes de ganhar a guerra, precisam resistir, engrossar suas fileiras e conscientizar as massas.

⁸¹ EZLN. Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo.

⁸² EZLN. Entrevista a Subcomandante Marcos: Nos hemos estado preparando en la montaña desde hace diez años.

A reação negativa a atuação do exército federal, as críticas ao presidente Salinas de Gortari e, posteriormente, a intermediação feita no diálogo com o governo colocam a sociedade civil do lado do EZLN. Porém esta não entende ou não aceita seu método. No intuito de não se isolar como força política, o EZLN, mesmo reforçando que já tentou as vias pacíficas e a luta armada foi a única opção restante, se dispõe a dialogar com a sociedade sobre seus métodos. Marcos afirma podem convencidos do contrário, basta que a sociedade mostre outros meios efetivos para que suas demandas sejam atendidas. Em diversos momentos, esclarecem que a aceitação de um diálogo com o governo não se dá pela crença de que é possível negociar, mas porque a sociedade merece essa satisfação.

Sobre o caminho da luta armada a que se opõe a sociedade civil, o EZLN declara, de maneira acertada, que ao depor as armas, seriam exterminados facilmente e que elas são sua garantia de sobrevivência:

“[...] las armas no pueden actuar políticamente a la ofensiva, pero materialmente son capaces de actuar a la defensiva. Estamos en nuestro terreno. Para sacarnos tienen que venir por nosotros. Ese es el hecho de que el gobierno federal le piense para ir a acabar de una vez con nosotros. [...] el conflicto bélico está latente, no está actuando pero está ahí y puede brincar en cualquier momento y por lo mismo no podemos entregar las armas. Son nuestra defensa. El primero de enero fue nuestra forma de hacernos oír. Ahora son nuestra forma de sobrevivir para que no nos aniquilen. O que nos aniquilen a un costo muy alto para el país. No le damos a las armas un valor que no tienen. No tenemos el culto a las armas sino a lo que ellas representan en uno u otro momento político. Pensamos que en este momento las armas son nuestra garantía de sobrevivencia, una garantía que estamos dispuestos a defender con dignidad.”⁸³

Che Guevara faz uma advertência sobre o momento em que a luta armada tem condições de prosperar. Para ele,

“[...] é necessário demonstrar claramente diante do povo a impossibilidade de manter a luta por reivindicações sociais dentro do plano da luta institucional. A paz é rompida porque as forças opressoras se mantêm no poder contra o direito estabelecido. [...] Num país onde exista um governo eleito pelo voto popular – tenha ou não havido fraudes nas eleições – e que mantenha pelo menos a aparência de legalidade, o surgimento do foco guerrilheiro é impossível por não se terem esgotado todas as possibilidades da luta parlamentar.”⁸⁴

No México, apesar das constantes fraudes eleitorais, a sociedade civil demonstrou claramente que acreditava ainda existirem vias legais para a luta, se colocando contra a guerra.

Por último, queremos ressaltar o isolamento do EZLN como motivo para a negociação. Apesar de estabelecer diversas vias de comunicação com variados interlocutores

⁸³ EZLN. Entrevista a Subcomandante Marcos: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento.

⁸⁴ GUEVARA. La guerra de guerrillas. Obras: 1957-1967 *apud* SADER. Che Guevara: política. p. 82.

e receber o apoio de setores progressistas da sociedade, estão isolados geograficamente em Chiapas e falta-lhes apoio estratégico e militar para estender a luta para as cidades e outras regiões do país. A FLN, que deveria cumprir este papel, parece ter enfraquecido e impossibilitado este passo. Falta também a possibilidade de internacionalizar a luta, fator que Magno de Carvalho destaca: “impressionou-me [...] a consciência de todos sobre a necessidade da internacionalização da luta e de uma organização revolucionária única, em especial na América Latina.”⁸⁵

Sobre esta mesma necessidade, Che Guevara argumenta:

“Nossa convicção de que a ação guerrilheira deve ser o eixo central na América se baseia em dois argumentos:

Primeiro: se levarmos em consideração o fato de que o inimigo lutará para manter-se no poder, devemos pensar na destruição do exército opressor, e para isso opor-lhe um exército popular. Esse exército não nasce espontaneamente, deve armar-se com o material pertencente a seu inimigo, o que implica uma luta dura e permanente na qual as forças populares e seus dirigentes ficam expostos ao ataque de forças superiores sem terem condições razoáveis de defesa ou manobra. Em contrapartida, o núcleo guerrilheiro situado em terreno de luta favorável garante a segurança e a permanência do comando revolucionário, e as forças urbanas, dirigidas a partir do estado-maior do Exército do Povo, podem realizar ações de capital importância.

[...] Segundo: o caráter continental da luta. Poder-se-ia conceber esta nova etapa da emancipação de América como o confronto de duas forças sociais lutando pelo poder num território dado? Evidentemente não. A luta causaria a morte de todas as forças populares e de todas as forças repressivas. Os ianques intervirão por solidariedade de interesses e porque a luta na América é decisiva. Eles o farão com todas as suas forças, castigarão as forças populares com todas as armas de destruição a seu alcance. Não deixarão que o poder revolucionário se consolide. E, se por acaso isso acontecer, voltarão a atacar, não o reconhecerão, tentarão dividir as forças revolucionárias, introduzindo todo tipo de sabotadores, e tentarão afogar economicamente o novo Estado, aniquilá-lo em outras palavras.

Em função desse panorama, consideramos difícil que se chegue à vitória num só país. À união das forças repressivas devemos responder com a união das forças populares. Em todos os países em que a situação de opressão chegar a um ponto insustentável, devemos erguer a bandeira da rebelião, e esta bandeira terá, por necessidade histórica, um caráter continental.”⁸⁶

Em resumo, o Exército Zapatista de Libertação Nacional se encontra no dia 12 de janeiro de 1994 da seguinte maneira: sem condições para aniquilar o exército federal mexicano pela via militar, mas também sem possibilidade de ser derrotado imediatamente; com o apoio da sociedade civil mexicana, que garante a sua sobrevivência politicamente e o fortalece, mas que poderia ser abalado se não aceitasse a trégua; e isolado geográfica e estrategicamente.

Apesar da trégua e o diálogo parecerem uma saída lógica, outros grupos guerrilheiros na América Latina talvez não tivessem feito esta opção. O que determina passar do objetivo

⁸⁵ CARVALHO. O EZLN e a luta armada em Chiapas.

⁸⁶ GUEVARA. Tática y estrategia de la revolución latinoamericana. Obras: 1957-1967 *apud* SADER. Che Guevara: política. p. 77-78.

estratégico da guerra revolucionária para a abertura de canais de diálogo e de fortalecimento político do grupo é a sua identidade que é reconstruída lentamente durante os anos de preparação da luta e, de maneira muito acelerada, após o início da guerra aberta.

Se a identidade tem um caráter relacional, para o EZLN esta, primeiro se constrói entre um grupo guerrilheiro urbano composto por brancos e comunidades indígenas rurais de variadas etnias com tradições milenares. Após, na disputa entre um projeto de tomada de poder e o fortalecimento político do grupo.

Saint-Pierre resume da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, o fim político [da guerra revolucionária] deixa de ser a mudança *de* sistema e apenas propõe algumas alterações *no* sistema; em segundo, e em consequência do primeiro, no nível estratégico é abandonado o objetivo de *aniquilar* as forças das classes dominantes e, em seu lugar, procura-se *forçar* o diálogo com o governo; no nível tático, incorpora-se a utilização de símbolos visando potenciar o efeito do uso de armas e, às vezes, substituí-lo, e a aplicação em larga escala do sistema de comunicação via *internet* como forma de contrarrestar o efeito da relação de força completamente adversa.⁸⁷

O aspecto militar cede espaço para o político:

“O EZLN é um paradoxo: é um movimento armado e militar que, apesar disto, possui uma estrutura democrática no seu interior. Mas isto, militarmente, o faz débil e frágil. Atualmente, o EZLN está dividido. Trata-se de uma organização político-militar na qual a política se coloca acima do militar.”⁸⁸

A “guerra de papel”, como define Guilherme Gitahy de Figueiredo⁸⁹ disputa espaço e, em alguns momentos, pretende substituir a violência ou a ameaça de violência.

Embora a declaração de guerra nunca tenha sido revogada, esta deu lugar à construção dos municípios autônomos e a consolidação do EZLN como movimento social mais amplo: o neozapatismo. Apesar da tensa relação com o governo federal mexicano, o EZLN sobrevive há 16 anos, publicou seis Declaraciones de la Selva Lacandona e, durante sua trajetória, reinventou-se diversas vezes.

⁸⁷ SAINT-PIERRE. A política armada: fundamentos da guerra revolucionária. p. 207-208. Grifos no original.

⁸⁸ LEÓN. Os Zapatistas hoje.

⁸⁹ FIGUEIREDO. A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército de Zapatista de Libertação Nacional. p. 28.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luta armada e guerra revolucionária não estavam na ordem do dia quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional irrompe na cena pública. Muitos afirmavam que este era um capítulo encerrado da história. Era o momento do avanço do neoliberalismo. O México, que entrava orgulhoso no Primeiro Mundo, retornou rapidamente à América Latina da desigualdade social, pobreza, concentração fundiária e, mais ainda, à sua realidade indígena, que o racismo oficial faz questão de esconder.

A guerrilha chiapaneca recoloca estas questões no seu devido lugar. Mas ao reinventar a luta armada, também se reinventa. Ao passar da guerra aberta ao diálogo, aproxima-se da sociedade civil mexicana e internacional e torna a participação e a democracia bandeiras e práticas do grupo.

A identidade do grupo guerrilheiro revolucionário é reconstruída e surge o movimento zapatista. Nas palavras de Michel Löwy:

O recente levante zapatista de Chiapas representa uma nova variante, bastante inesperada, da guerrilha rural: sem aspiração de “tomada do poder”, vê-se uma força a serviço da sociedade mexicana, em luta pela democracia. [...] esse movimento, transformado, ao longo dos anos de 1980, na expressão “orgânica” das comunidades indígenas de Chiapas, privilegiou (depois da insurreição de janeiro de 1994) a ação política e a mobilização, no mínimo, da “sociedade civil” contra o regime autoritário do partido/Estado mexicano. Por sua sensibilidade libertária, sua auto-ironia, seu repúdio ao poder, seu apelo internacionalista, ecoou além das fronteiras do México.⁹⁰

Nega-se a tomada do poder por ela mesma, preferindo conquistar espaços de autonomia. Argumentam que tomar o poder por si só não transformaria o sistema e é que necessário primeiro mudar o poder. Sua atuação então fica limitada à pressão para acelerar algumas reformas e para abrir canais de diálogo com o governo.

Porém a tomada de poder continua presente no horizonte da esquerda latino-americana e, também do EZLN, pois está colocada como um passo posterior à mudança da institucionalidade vigente. Pode-se então postular que, quando for construída uma conjuntura em que a sociedade esteja mais favorável à luta armada, este ponto, inevitavelmente, virá à tona. Basta saber se terão fôlego para mudar o poder constituído ou construir outras conjunturas políticas no México e na América Latina.

⁹⁰ LÖWY, Michael. O Pensamento de Che Guevara. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 14-15.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONI, Edson. **Os novos movimentos sociais latino-americanos: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2002. 200p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

APREZA, Inés Castro. Quitarle el agua al pez: la guerra de baja intensidad en Chiapas: 1994-1998. **Revista Chiapas**, México, Ediciones Era, n.º 8, 1999. Disponível em: <http://www.ezln.org/revistachiapas/No8/ch8castro.html>. Acesso em: 26 jun. 2007.

ATINÀ, Fúlvio. Guerrilha. In: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco e MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB, 1992. v. 1. p. 577-578.

BARABAS, Alicia M. 1994: O Zapatismo e a Radicalização do Movimento Indígena no México. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org). **Região e nação na América Latina**. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 163-187.

BARRIOS, Elizabeth Pólito e ESPONDA, Juan González. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, México, Ediciones Era, n.º 1, 1994. Disponível em: <http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1gonzalez-polito.html>. Acesso em: 10 maio 2007.

BARROS, Carlos. Chiapas y la Escritura de la Historia. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, Ed. UNIJUÍ, v. 14, n.º 54, p. 29-52, abr/jun 1999.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro Manuel e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro Manuel. **As Raízes do Fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista**. São Paulo: Alfarrabio Editora, 2002.

CARVALHO, Magno de. O EZLN e a luta armada em Chiapas. **Revista O Olho da História**, Salvador, n.º 3, dez. 2006. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03carval.html>. Acesso em: 16 abr. 2006.

CASANOVA, Pablo González. Causas da rebelião em Chiapas. **Revista O Olho da História**, Salvador, n.º 3, dez. 2006. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03casanova.html>. Acesso em: 16 abr. 2006.

CECEÑA, Ana Esther e ZARAGOZA, José. Cronología del conflicto: 1º de enero - 1º de diciembre de 1994. **Revista Chiapas**, México, Ediciones Era, n.º 1, 1994. Disponível em: <http://www.ezln.org/revistachiapas/No1/ch1cecena-zaragoza.htm>. Acesso em: 10 maio 2007.

CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A revolução mexicana: 1910-1917**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

EZLN. **Cartas y comunicados del EZLN**. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em: 6 abr. 2007.

_____. **Declaración de la Selva Lacandona**. 1993. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>. Acesso em: 17 abr. 2006.

_____. **Entrevista a Subcomandante Marcos: Llevamos esperando 500 años, dicen los compañeros. Podemos esperar otros 500**. 21 fev. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_02_21_b.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

_____. **Entrevista a Subcomandante Marcos: Nos hemos estado preparando en la montaña desde hace diez años**. 4 jan. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_04.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

_____. **Entrevista a Subcomandante Marcos: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento**. 4 fev. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_02_04.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

_____. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona**. 10 jun. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_06_10_d.htm. Acesso em: 17 abr. 2006.

_____. **Sobre el alto al fuego**. 12 jan. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_12_a.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

_____. **Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo**. 6 jan. 1994. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_01_06.htm. Acesso em: 6 abr. 2007.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército de Zapatista de Libertação Nacional**. 2003. 366p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GENNARI, Emilio. **EZLN: passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOSS, Karine Pereira e PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n.º 1(2), p. 75-91, jan/jul 2004. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/2_art6.pdf. Acesso em: 26 jun. 2007.

HOBBSAWM, Eric. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru: Edusc, 2007. p. 31-45.

LEÓN, Antonio García de. Os Zapatistas hoje. **Revista O Olho da História**, Salvador, n.º 3, dez 2006. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03leon.html>. Acesso em: 16 abr. 2006.

LÖWY, Michael. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MONTES, César Silva. El EZLN, de la guerra a la paz. **Antología de Cultura y Sociedade Mexicana**, México, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, p. 228-244, ago/dez 2003. Disponível em: www.uacj.mx/icsa/cys/antologia.pdf. Acesso em: 17 abr. 2006.

MOUTERDE, Pierre. **Reinventando a utopia: práticas alternativas da esquerda latino-americana**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

NERI, Emanuel. A utopia zapatista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5-6, 5 out. 1997.

NUGENT, Daniel. Os intelectuais do norte e o EZLN. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 175-186.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: CECENÑA, Ana Esther (org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 129-167.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco e MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB, 1992. v. 2. p. 787-792.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. El campesinado y el Estado en América Latina. **Revista Rebelión**, mar. 2002. Disponível em: <http://www.rebellion.org/hemeroteca/petras/petras070302.htm>. Acesso em: 16 abr. 2006.

PETRAS, James. Chiapas: los límites del neoliberalismo. **Revista ADVERSO: Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Ano 5, n.º 7, p. 63-67, jul. 1995.

PINEDA, Francisco. La guerra de baja intensidad. **Revista Chiapas**, México, Ediciones Era, n.º 2, 1996. Disponível em: <http://www.ezln.org/revistachiapas/No2/ch2pineda.html>. Acesso em: 26 jun. 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.º 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2007.

QUILLFELDT, Jorge Alberto. Uma guernica latino-americana. **Revista ADVERSO: Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Ano 5, n.º 7, p. 68-71, jul. 1995.

RAJCHENBERG, Enrique. O perfil de um novo pensamento político: o zapatismo. In: BAQUERO, Marcello (org). **Desafios da democratização na América Latina**: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 135-146.

SADER, Eder (org.). **Che Guevara**: política. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SALINAS DE GORTARI, Carlos. **Mensaje del Presidente**. 6 jan. 1994. Disponível em: <http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/06ene94g.html>. Acesso em: 8 nov. 2010.

WASSERMAN, Claudia. Neozapatismo. In: **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 614-615.

_____. Zapatismo. In: **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 953-954.

ANEXOS

ANEXO A - Declaración de la Selva Lacandona

HOY DECIMOS ¡BASTA!

Al pueblo de México:

Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

«La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.»

Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador.

También pedimos a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por la Leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la Bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes INSURGENTES, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras «EZLN», EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por los tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas.

Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados, o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra nación o fuera de ella, acusados de traición a la Patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL.

Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático.

INTÉGRATE A LA FUERZAS INSURGENTES DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL

Comandancia General del EZLN

Año de 1993

ANEXO B - Segunda Declaración de la Selva Lacandona

Ejército Zapatista de Liberación Nacional México.

10 de junio de 1994

Hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

"... no son únicamente los que portan espadas que chorrean sangre y despiden rayos fugaces de gloria militar, los escogidos a designar el personal del gobierno de un pueblo que quiere democratizarse; ese derecho lo tienen también los ciudadanos que han luchado en la prensa y en la tribuna, que están identificados con los ideales de la Revolución y han combatido al despotismo que barrena nuestras leyes; porque no es sólo disparando proyectiles en los campos de batalla como se barren las tiranías; también lanzando ideas de redención, frases de libertad y anatemas terribles contra los verdugos del pueblo, se derrumban dictaduras, se derrumban imperios (...) y si los hechos históricos nos demuestran que la demolición de toda tiranía, que el derrumbamiento de todo mal gobierno es obra conjunta de la idea con la espada, es un absurdo, es una aberración, es un despotismo inaudito querer segregar a los elementos sanos que tienen el derecho de elegir al Gobierno, porque la soberanía de un pueblo la constituyen todos los elementos sanos que tienen conciencia plena, que son conscientes de sus derechos, ya sean civiles o armados accidentalmente, pero que aman la libertad y la justicia y laboran por el bien de la Patria."

Emiliano Zapata en voz de Paulino Martínez, delegado zapatista a la Soberana Convención Revolucionaria, Aguascalientes, Ags., México, 27 de octubre de 1914.

Al pueblo de México:

A los pueblos y gobiernos del mundo:

Hermanos:

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en pie de guerra contra el mal gobierno desde el 1 de Enero de 1994, se dirige a ustedes para dar a conocer su pensamiento:

I

Hermanos mexicanos:

En diciembre de 1993 dijimos ¡BASTA! El primero de enero de 1994 llamamos a los poderes Legislativo y Judicial a asumir su responsabilidad constitucional para que impidieran la política genocida que el poder Ejecutivo Federal impone a nuestro pueblo, y

fundamentamos nuestro derecho constitucional al aplicar el artículo 39° de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos:

"La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno."

A este llamado se respondió con la política del exterminio y la mentira. Los poderes de la Unión ignoraron nuestra justa demanda y permitieron la masacre. Pero sólo duró 12 días esta pesadilla, pues otra fuerza superior a cualquier poder político o militar se impuso a las partes en conflicto. La Sociedad Civil asumió el deber de preservar a nuestra patria, ella manifestó su desacuerdo con la masacre y obligó a dialogar; todos comprendimos que los días del eterno partido en el poder, quien detenta para su beneficio el producto del trabajo de todos los mexicanos, no puede continuar más; que el presidencialismo que lo sustenta impide la libertad y no debe ser permitido, que la cultura del fraude es el método con el que se imponen e impiden la democracia, que la justicia sólo existe para los corruptos poderosos, que debemos hacer que quien mande lo haga obedeciendo, que no hay otro camino.

Eso todos los mexicanos honestos y de buena fe, la Sociedad Civil, lo han comprendido, sólo se oponen aquellos que han basado su éxito en el robo al erario público, los que protegen, prostituyendo a la justicia, a los traficantes y asesinos, a los que recurren al asesinato político y al fraude electoral para imponerse.

Sólo esos fósiles políticos planean de nuevo dar marcha atrás a la historia de México y borrar de la conciencia nacional el grito que hizo suyo todo el país desde el primero de enero del 94: ¡YA BASTA!

Pero no lo permitiremos. Hoy no llamamos a los fallidos poderes de la Unión que no supieron cumplir con su deber constitucional, permitiendo que el Ejecutivo Federal los controlara. Si esta legislatura y los magistrados no tuvieron dignidad. otras vendrán que si entiendan que deben servir a su pueblo y no a un individuo, nuestro llamado trasciende mas allá de un sexenio o una elección presidencial en puerta. Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya. Es a él a quien hacemos un llamado en esta SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA para decirle:

Primero. Hemos cumplido sin falta el llevar las acciones bélicas dentro de los convenios sobre la guerra establecidos a nivel mundial: ello nos ha permitido el reconocimiento tácito de nacionales y extranjeros como fuerza beligerante. Seguiremos cumpliendo con dichos convenios.

Segundo. Ordenamos a nuestras fuerzas regulares e irregulares en todo el territorio nacional y en el extranjero la PRÓRROGA UNILATERAL DEL CESE AL FUEGO OFENSIVO. Mantendremos el respeto al cese al fuego para permitir a la sociedad civil que se organice en las formas que considere pertinentes para lograr el tránsito a la democracia en nuestro país.

Tercero. Condenamos la amenaza que sobre la Sociedad Civil se cierne al militarizar el país, con personal y modernos equipos represivos, en vísperas de la jornada para elecciones federales. No hay duda de que el gobierno salinista pretende imponerse por la cultura del fraude. NO LO PERMITIREMOS.

Cuarto. Proponemos a todos los partidos políticos independientes el que reconozcan ahora el estado de intimidación y de privación de los derechos políticos que ha sufrido nuestro pueblo los últimos 65 años y que se pronuncien por asumir un gobierno de transición política hacia la democracia.

Quinto. Rechazamos la manipulación y el tratar de desligar nuestras justas demandas de las del pueblo mexicano. Somos mexicanos y no depondremos ni nuestras demandas ni nuestras armas si no son resueltas la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos.

Sexto. Reiteramos nuestra disposición a una solución política en el tránsito a la democracia en México. Llamamos a la Sociedad Civil a que retome el papel protagónico que tuvo para detener la fase militar de la guerra y se organice para conducir el esfuerzo pacífico hacia la democracia, la libertad y la justicia. El cambio democrático es la única alternativa de la guerra.

Séptimo. Llamamos a los elementos honestos de la sociedad civil a un Diálogo Nacional por la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos los mexicanos.

Por eso decimos:

II

Hermanos:

Después de iniciada la guerra, en enero de 1994, el grito organizado del pueblo mexicano detuvo el enfrentamiento y se llamó al diálogo entre las partes contendientes. A las justas demandas del EZLN, el gobierno federal respondió con una serie de ofrecimientos que no tocaban el punto esencial del problema: la falta de justicia, de libertad y de democracia en las tierras mexicanas.

El límite del cumplimiento de los ofrecimientos del gobierno federal a las demandas del EZLN es el que se marca asimismo el sistema político del partido en el poder. Este

sistema es el que ha hecho posible que en el campo mexicano subsista y se sobreponga al poder constitucional otro poder cuyas raíces posibilitan el mantenimiento del partido en el poder. Es este sistema de complicidad el que hace posible la existencia y beligerancia de cacicazgos, el poder omnipotente de los ganaderos y comerciantes y la penetración del narcotráfico... El solo ofrecimiento de los llamados Compromisos para una Paz Digna en Chiapas provocó gran revuelo y un abierto desafío de estos sectores. El sistema político unipartidista trata de maniobrar en este reducido horizonte que su existencia como tal le impone: no puede dejar de tocar a estos sectores sin atentar contra sí mismo, y no puede dejar las cosas como antes sin que aumente la beligerancia de los campesinos e indígenas. En suma: el cumplimiento de los compromisos implica, necesariamente, la muerte del sistema de partido de Estado. Por suicidio o por fusilamiento, la muerte del actual sistema político mexicano es condición necesaria, aunque no suficiente, del tránsito a la democracia en nuestro país. Chiapas no tendrá solución real si no se soluciona México.

El EZLN ha entendido que el problema de la pobreza mexicana no es sólo la falta de recursos. Más allá, su aportación fundamental es entender y plantear que cualquier esfuerzo, en algún sentido o en todos, sólo pospondrá el problema si estos esfuerzos no se dan dentro de un nuevo marco de relaciones políticas nacionales, regionales y locales: un marco de democracia, libertad y justicia. El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí.

Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo.

No estamos proponiendo un mundo nuevo, apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México. En este sentido, esta revolución no concluirá en una nueva clase, fracción de clase o grupo en el poder, sino en un "espacio" libre y democrático de lucha política. Este "espacio" libre y democrático nacerá sobre el cadáver maloliente del sistema de partido de Estado y del presidencialismo. Nacerá una relación política nueva. Una nueva política cuya base no sea una confrontación entre organizaciones políticas entre sí, sino la confrontación de sus propuestas políticas con las distintas clases sociales, pues del apoyo real de éstas dependerá la titularidad del poder político, no su ejercicio. Dentro de esta nueva relación política, las distintas propuestas de sistema y rumbo (socialismo, capitalismo, socialdemocracia, liberalismo, democracia cristiana, etcétera) deberán convencer a la mayoría de la Nación de que su propuesta es la mejor para el país. Pero no sólo eso, también se verán

"vigilados" por ese país al que conducen de modo que estén obligados a rendir cuentas regulares y al dictamen de la Nación respecto a su permanencia en la titularidad del poder o su remoción. El plebiscito es una forma regulada de confrontación Poder-partido político-Nación y merece un lugar relevante en la máxima ley del país.

La actual legislación mexicana es demasiado estrecha para estas nuevas relaciones políticas entre gobernantes y gobernados. Es necesaria una Convención Nacional Democrática de la que emane un Gobierno Provisional o de Transición, sea mediante la renuncia del Ejecutivo federal o mediante la vía electoral.

Convención Nacional Democrática y Gobierno de Transición deben desembocar en una nueva Carta Magna en cuyo marco se convoque a nuevas elecciones. El dolor que este proceso significará para el país será siempre menor al daño que produzca una guerra civil. La profecía del sureste vale para todo el país, podemos aprender ya de lo ocurrido y hacer menos doloroso el parto del nuevo México.

El EZLN tiene una concepción de sistema y de rumbo para el país. La madurez política del EZLN, su mayoría de edad como representante del sentir de una parte de la Nación, está en que no quiere imponerle al país esta concepción. El EZLN reclama lo que para sí mismo es evidente: la mayoría de edad de México y el derecho de decidir, libre y democráticamente, el rumbo que habrá de seguir. De esta antesala histórica saldrá no sólo un México más justo y mejor, también saldrá un mexicano nuevo. A esto apostamos la vida, a heredar a los mexicanos de pasado mañana un país en el que no sea una vergüenza vivir...

El EZLN, en un ejercicio democrático sin precedentes dentro de una organización armada, consultó a sus componentes sobre la firma o no de la propuesta de acuerdos de paz del gobierno federal. Viendo que el tema central de democracia, libertad y justicia para todos no había sido resuelto, las bases del EZLN, indígenas en su mayoría, decidieron rechazar la firma de la propuesta gubernamental.

En condiciones de cerco y presionados por distintos lugares que amenazaban con el exterminio si no se firmaba la paz, los zapatistas reafirmamos nuestra decisión de conseguir una paz con justicia y dignidad y en ello empeñar la vida y la muerte. En nosotros encuentra, otra vez, lugar la historia de lucha digna de nuestros antepasados. El grito de dignidad del insurgente Vicente Guerrero, "Vivir por la Patria o Morir por la Libertad", vuelve a sonar en nuestras gargantas. No podemos aceptar una paz indigna.

Nuestro camino de fuego se abrió ante la imposibilidad de luchar pacíficamente por derechos elementales del ser humano. El más valioso de ellos es el derecho a decidir, con libertad y democracia, la forma de gobierno. Ahora la posibilidad de tránsito pacífico a la

democracia y a la libertad se enfrenta a una nueva prueba: el proceso electoral de agosto de 1994. Hay quienes apuestan al periodo poselectoral predicando la apatía y el desengaño desde la inmovilidad. Pretenden usufructuar la sangre de los caídos en todos los frentes de combate, violentos y pacíficos, en la ciudad y en el campo. Fundan su proyecto político en el conflicto posterior a las elecciones y esperan, sin nada hacer, a que la desmovilización política abra otra vez la gigantesca puerta de la guerra. Ellos salvarán, dicen, al país.

Otros apuestan desde ahora a que el conflicto armado se reinicie antes de las elecciones y la ingobernabilidad sea aprovechada por ellos para perpetuarse en el poder. Como ayer hicieron usurpando la voluntad popular con el fraude electoral, hoy y mañana, con el río revuelto de una guerra civil preelectoral, pretenden alargar la agonía de una dictadura que, enmascarada en el partido de Estado, dura ya décadas. Algunos más, apocalípticos estériles, razonan ya que la guerra es inevitable y se sientan a esperar para ver pasar el cadáver de su enemigo... o de su amigo. El sectario supone, erróneamente, que el solo accionar de los fusiles podrá abrir el amanecer que nuestro pueblo espera desde que la noche se cerró, con las muertes de Villa y Zapata, sobre el suelo mexicano.

Todos estos ladrones de la esperanza suponen que detrás de nuestras armas hay ambición y protagonismo, que esto conducirá nuestro andar en el futuro. Se equivocan. Detrás de nuestras armas de fuego hay otras armas, las de la razón. Y a ambas las anima la esperanza. No dejaremos que nos la roben.

La esperanza con gatillo tuvo su lugar en el inicio del año. Es ahora preciso que espere. Es preciso que la esperanza que anda en las grandes movilizaciones vuelva al lugar protagónico que le corresponde por derecho y razón. La bandera está ahora en manos de los que tienen nombre y rostro, de gentes buenas y honestas que caminan rutas que no son la nuestra, pero cuya meta es la misma que anhelan nuestros pasos. Nuestro saludo y nuestra esperanza de que lleven esa bandera adonde debe de estar. Nosotros estaremos esperando, de pie y con dignidad. Si esa bandera cae, nosotros sabremos levantarla de nuevo...

Que la esperanza se organice, que camine ahora en los valles y ciudades como ayer en las montañas. Peleen con sus armas, no se preocupen de nosotros. Sabremos resistir hasta lo último. Sabremos esperar... y sabremos volver si se cierran de nuevo todas las puertas para que la dignidad camine.

Por esto nos dirigimos a nuestros hermanos de las organizaciones no gubernamentales, de las organizaciones campesinas e indígenas, trabajadores del campo y de la ciudad, maestros y estudiantes, amas de casa y colonos, artistas e intelectuales, de los partidos independientes, mexicanos:

Los llamamos a un diálogo nacional con el tema de Democracia, Libertad y Justicia. Para esto lanzamos la presente:

Convocatoria para la Convención Nacional Democrática

Nosotros, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, en lucha por lograr la democracia, la libertad y la justicia que nuestra patria merece, y considerando:

Primero. Que el supremo gobierno ha usurpado también la legalidad que nos heredaron los héroes de la Revolución Mexicana.

Segundo. Que la Carta Magna que nos rige no es ya más la voluntad popular de los mexicanos.

Tercero. Que la salida del usurpador del Ejecutivo federal no basta y es necesaria una nueva ley para nuestra patria nueva, la que habrá de nacer de las luchas de todos los mexicanos honestos.

Cuarto. Que son necesarias todas las formas de lucha para lograr el tránsito a la democracia en México.

Llamamos a la realización de una Convención Democrática, nacional, soberana y revolucionaria, de la que resulten las propuestas de un gobierno de transición y una nueva ley nacional, una nueva Constitución que garantice el cumplimiento legal de la voluntad popular.

El objetivo fundamental de la Convención Nacional Democrática es organizar la expresión civil y la defensa de la voluntad popular.

La soberana convención revolucionaria será nacional en tanto su composición y representación deberá incluir a todos los estados de la Federación, plural en el sentido en que las fuerzas patriotas podrán estar representadas, y democrática en la toma de decisiones, recurriendo a la consulta nacional.

La convención estará presidida, libre y voluntariamente, por civiles, personalidades públicas de reconocido prestigio, sin importar su filiación política, raza, credo religioso, sexo o edad.

La convención se formará a través de comités locales, regionales y estatales en ejidos, colonias, escuelas y fábricas por civiles. Estos comités de la convención se encargarán de recabar las propuestas populares para la nueva ley constitucional y las demandas a cumplir por el nuevo gobierno que emane de ésta.

La convención debe exigir la realización de elecciones libres y democráticas y luchar, sin descanso, por el respeto a la voluntad popular.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional reconocerá a la Convención Democrática Nacional como representante auténtico de los intereses del pueblo de México en su tránsito a la democracia.

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional se encuentra ya en todo el territorio nacional y está ya en posibilidad de ofrecerse al pueblo de México como Ejército garante del cumplimiento de la voluntad popular.

Para la primera reunión de la Convención Nacional Democrática, el EZLN ofrece como sede un poblado zapatista y todos los recursos con que cuenta.

La fecha y lugar de la primera sesión de la Convención Nacional Democrática será dada a conocer en su oportunidad.

III

Hermanos mexicanos:

Nuestra lucha continúa. Sigue ondeando la bandera zapatista en las montañas del Sureste mexicano y hoy decimos: ¡No nos rendiremos!

De cara a la montaña hablamos con nuestros muertos para que en su palabra viniera el buen camino por el que debe andar nuestro rostro amordazado.

Sonaron los tambores y en la voz de la tierra habló nuestro dolor y nuestra historia habló nuestro dolor y nuestra historia habló.

"Para todos todo" dicen nuestros muertos. Mientras no sea así, no habrá nada para nosotros.

Hablen la palabra de los otros mexicanos, encuentren del corazón el oído de aquellos por los que luchamos. Invítenlos a caminar los pasos dignos de los que no tienen rostro. Llamen a todos a resistir que nadie reciba nada de los que mandan mandando. Hagan del no venderse una bandera común para los más. Pidan que no sólo llegue palabra de aliento para nuestro dolor. Pidan que lo compartan, pidan que con ustedes resistan, que rechacen todas las limosnas que del poderoso vienen. Que las gentes buenas todas de estas tierras organicen hoy la dignidad que resiste y no se vende, que mañana esa dignidad se organice para exigir que la palabra que anda en el corazón de los mayoritarios tenga verdad y saludo de los que gobiernan, que se imponga el buen camino de que el que mande, mande obedeciendo.

¡No se rindan! ¡Resistan! No falten al honor de la palabra verdadera. Con dignidad resistan en las tierras de los hombres y mujeres verdaderos, que las montañas cobijen el dolor de los hombres de maíz. ¡No se rindan! ¡Resistan! ¡No se vendan! ¡Resistan!

Así hablo su palabra del corazón de nuestros muertos de siempre. Vimos nosotros que es buena su palabra de nuestros muertos, vimos que hay verdad y dignidad en su consejo. Por eso llamamos a todos nuestros hermanos indígenas mexicanos a que resistan con nosotros. Llamamos a los campesinos todos a que resistan con nosotros, a los obreros, a los empleados, a los colonos, a las amas de casa, a los estudiantes, a los maestros, a los que hacen del pensamiento y la palabra su vida. A todos los que dignidad y vergüenza tengan, a todos llamamos a que con nosotros resistan, pues quiere el mal gobierno que no haya democracia en nuestros suelos. Nada aceptaremos que venga del corazón podrido del mal gobierno, ni una moneda sola ni un medicamento ni una piedra ni un grano de alimento ni una migaja de las limosnas que ofrece a cambio de nuestro digno caminar.

No recibiremos nada del supremo gobierno. Aunque aumenten nuestro dolor y nuestra pena; aunque la muerte siga con nosotros en mesa, tierra y lecho; aunque veamos que otros se venden a la mano que los oprime; aunque todo duela; aunque la pena lllore hasta en las piedras. No aceptaremos nada. Resistiremos. No recibiremos nada del gobierno. Resistiremos hasta que el que mande, mande obedeciendo.

Hermanos: No se vendan. Resistan con nosotros. No se rindan. Resistan con nosotros. Repitan con nosotros, hermanos, la palabra de "¡No nos rendimos! ¡Resistimos!" Que se escuche no sólo en las montañas del Sureste mexicano, que se escuche en el norte y en las penínsulas, que en ambas costas se escuche, que en el centro se oiga, que en valles y montañas se vuelva grito, que resuene en la ciudad y en el campo. Unan su voz hermanos, griten con nosotros, hagan suya nuestra voz:

¡No nos rendimos! ¡Resistimos!

Que la dignidad rompa el cerco con el que las manos sucias del mal gobierno nos asfixian. Todos estamos cercados, no dejan que la democracia, la libertad y la justicia entren a tierras mexicanas. Hermanos: todos estamos cercados, ¡No nos rindamos! ¡Resistamos! ¡Seamos dignos! ¡No nos vendamos!

¿De qué le servirán al poderoso sus riquezas si no puede comprar lo más valioso en estas tierras? ¿Si la dignidad de los mexicanos todos no tiene precio, para qué el poder del poderoso?

¡La dignidad no se rinde!

¡La dignidad resiste!

¡Democracia!

¡Libertad!

¡Justicia!

Desde las montañas del Sureste mexicano.
Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de
Liberación Nacional
México. Junio de 1994.